

# A dicotomia entre a formação e a atuação do pedagogo

Carla Cristina Dutra Búrigo<sup>1</sup> 

Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves<sup>1</sup> 

## Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender como se constitui o processo de formação do pedagogo, servidor técnico-administrativo em educação, como sujeito social em uma universidade pública federal. O pedagogo, sujeito de uma prática educativa, tem suas ações aligeiradas no mundo do trabalho de uma instituição social, como a universidade, com atribuições inerentes ao seu cargo que o limitam no modo de agir. Este estudo apresenta essencialmente uma contradição: ao mesmo tempo em que o pedagogo tem teoricamente uma formação para atuar na prática como sujeito social, esta é negada pelas condições de trabalho a ele propiciada, em uma instituição social. Esta pesquisa se caracteriza como uma investigação qualitativa, bibliográfica, em um estudo de caso, descritivo.

**Palavras-chave:** Pedagogo; Processo formativo; Sujeito social.

## Abstract

### *The dichotomy between education and performance of the pedagogue*

The objective of this article is to understand how the process of formation of the pedagogue is constituted, a technical-administrative employee in education as a social subject in a public federal university. The pedagogue, who is the subject of an educational practice, has his actions relieved in the world of work of a social institution, such as the university, with duties inherent to his position that limit the way he acts. This study essentially presents a contradiction: at the same time that the pedagogue has a theoretical formation to act in practice as a social subject, this is denied by the working conditions provided to him in a social institution. This research is characterized as a qualitative, bibliographic investigation, in a case study, descriptive.

**Keywords:** Pedagogue; Formative process; Social subject.

## Resumen

### *La dicotomía entre la formación y la actuación del pedagogo*

Este artículo tiene como objetivo comprender cómo se constituye el proceso de formación del pedagogo, servidor técnico-administrativo en la educación como sujeto social en una universidad pública federal. El pedagogo, sujeto de una práctica educativa, tiene sus acciones aligeradas en el

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil.

mundo del trabajo de una institución social, como la universidad, con atribuciones inherentes a su posición que limitan su forma de actuar. Este estudio presenta esencialmente una contradicción, al mismo tiempo que el pedagogo tiene una formación teórica para actuar en la práctica como sujeto social, esto es negado por las condiciones de trabajo que se le proporcionan, en una institución social. Esta investigación se caracteriza por ser una investigación cualitativa, bibliográfica, en un estudio de caso, descriptiva.

**Palabras clave:** Pedagogo; Proceso formativo; Sujeto social.

## Considerações iniciais

O presente artigo tem por objetivo compreender como se constitui o processo de formação do Pedagogo, servidor<sup>2</sup> técnico-administrativo em educação, como sujeito social em uma universidade pública federal.

Corroboramos com Chauí (2003), ao situar a universidade como instituição social, diferenciada e autônoma, possível em um Estado republicano e democrático.

Acreditamos no trabalhador de uma instituição social como um ser de múltiplas determinações, histórico e social, e que está condicionado pelo tempo e espaço em que vive (GENRO et al., 2016). A tarefa fundamental do trabalhador social é a de ser sujeito e não objeto de transformação, para tanto, é necessário a tomada de consciência da sua realidade, para que nela possa agir e transformá-la (FREIRE, 2011).

Consideramos também que a inserção relativamente recente de pedagogos na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (BORGES, 2016) evidencia um campo de pesquisa interessante que, quiçá, possa trazer em seus resultados generalidades<sup>3</sup> que possam vir a interessar futuros pesquisadores e estudiosos da área.

A pesquisa se caracteriza por ser uma investigação qualitativa, bibliográfica, um estudo de caso, bibliográfico e descritivo. Para o desenvolvimento desta pesquisa, foram utilizados documentos institucionais, legais e bibliográficos para uma melhor contextualização e investigação do fenômeno em estudo: a formação e atuação do pedagogo em uma universidade pública.

Isto posto, estas compreensões nos motivaram a investigar o processo formativo do pedagogo e sua interação como sujeito social em uma instituição pública federal. Para o desenvolvimento deste estudo, partimos de uma realidade concreta, ou

---

<sup>2</sup> “Para os efeitos desta Lei, servidor é a pessoa legalmente investida em cargo público” (BRASIL, 1990).

<sup>3</sup> Generalidades são ideias predominantes, tendências que aparecem mais definidas entre as pessoas (TRIVIÑOS, 2001).

seja, a prática dos servidores técnico-administrativos em educação ocupante do cargo de pedagogo na UFSC. Procuramos compreender o processo formativo acadêmico do pedagogo e sua relação com a prática no mundo do trabalho de uma instituição social como a universidade. Por fim, retornamos ao nosso ponto de partida, buscando compreender as relações de mediação constituídas nesta trajetória.

## O pedagogo e a UFSC

O termo “pedagogia” surgiu na Grécia. Ao passar para a língua latina, deu origem a *paedagogaus*, um substantivo masculino que significa educação e, consequentemente, *paedagogus* e *paedagoga* têm o sentido de pedagogo, preceptor, mestre, guia, aquele que conduz (SAVIANI, 2008).

No Brasil, os primeiros colégios foram implantados em 1594 por jesuítas e subsidiados pela coroa portuguesa. Embora a problemática pedagógica se desse desde a vinda dos jesuítas, o termo “pedagogia” ainda não aparecia. O termo só viria a se manifestar posteriormente à independência do Brasil (SAVIANI, 2008). Segundo Libâneo (2010):

Por sua vez, *pedagogo* é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica (grifo do autor) (p. 33).

Atualmente pode-se afirmar, conforme as contribuições de Libâneo (2010), que o campo de atuação dos pedagogos é amplo, tão amplo quanto as práticas educativas na sociedade. Onde houver uma prática educativa caracterizada pela intencionalidade, haverá uma pedagogia.

A UFSC teve como fundamento legal para a sua criação a Lei nº 3.849 (BRASIL, 1960). A ideia de uma universidade no estado de Santa Catarina teve início durante as discussões da criação do curso de Direito na década de 1930 que acompanhava um movimento no país de incremento a implantação de universidades públicas (UFSC, 2020).

Entretanto com o fortalecimento do federalismo, a partir da década de 1970, as universidades públicas federais foram localizadas nas capitais. Mesmo do interior dependiam totalmente ou parcialmente das universidades federais das capitais. Com isso, surgiu o fortalecimento da concepção de universidade federal como hegemônica (BÚRIGO, 2003).

A UFSC foi, inicialmente, denominada Universidade de Santa Catarina, entretanto, com a Lei nº 4.759 (BRASIL, 1965), recebeu o *status* de universidade federal. Sua missão é:

Produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade de vida (UFSC, 2020, p. 25).

Na UFSC, iniciam-se, a partir de 2008, os primeiros concursos públicos para o cargo de pedagogo, indicando que a atuação desse profissional na instituição encontrava-se em processo de consolidação (BORGES, 2016).

O cargo de pedagogo/área<sup>4</sup> é considerado como nível de classificação “E”. Para a investidura no cargo, é necessário possuir curso superior em Pedagogia (BRASIL, 2005). A descrição sumária do cargo prevê:

Implementar a execução, avaliar e coordenar a (re) construção do projeto pedagógico de escolas de educação infantil, de ensino médio ou ensino profissionalizante com a equipe escolar; viabilizar o trabalho pedagógico coletivo e facilitar o processo comunicativo da comunidade escolar e de associações a ela vinculadas. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (UFSC, 2021, s/p).

Observa-se que a descrição sumária do cargo é bastante ampla, indicando que a atuação do profissional pedagogo pode ocorrer em várias frentes. Na UFSC, há 37 pedagogos que atuam na educação básica e nas unidades administrativas que permeiam o processo de formação dos servidores docentes e técnico-administrativos em educação, como em atividades de apoio pedagógico à educação superior<sup>5</sup>. São atividades típicas do cargo de pedagogo:

Estudar medidas que visem melhorar os processos pedagógicos, inclusive na educação infantil; Elaborar e desenvolver projetos educacionais; Participar da elaboração de instrumentos específicos de orientação pedagógica e educacional; Organizar as atividades individuais e coletivas de crianças em idade pré-escolar; Elaborar manuais de orientação, catálogos de técnicas pedagógicas; participar de estudos de revisão de currículo e programas de ensino; executar trabalhos especializados de administração, orientação e supervisão educacional; Participar de divulgação de atividades pedagógicas; Implementar pro-

---

<sup>4</sup> Conforme estabelecido por Lei em relação aos cargos da carreira dos técnico-administrativos em educação (BRASIL, 2005), possibilitando a realização de concurso para diferentes áreas, embora haja uma descrição comum dos cargos a todas as áreas, apesar de suas especificidades.

<sup>5</sup> Informações obtidas junto à Pró-reitoria de Desenvolvimento e Gestão de Pessoas (PRODEGESP) em julho/2021.

gramas de tecnologia educacional; Participar do processo de recrutamento, seleção, ingresso e qualificação de servidores e discentes na instituição; Elaborar e desenvolver projetos de ensino-pesquisa-extensão; Utilizar recursos de informática; e, Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional (UFSC, 2021, s/p).

O que se evidencia, neste contexto, na delimitação deste estudo de caso, é que as atribuições do cargo de pedagogo, para exercício de suas atividades nas universidades públicas, se fundamentam por meio da Lei nº 11.091 (BRASIL, 2005). O que revela que, embora a descrição das atividades faça referência à educação infantil, ao ensino médio e ao ensino profissionalizante, não cita os demais níveis de ensino, a saber, o ensino superior e as atividades de formação de formadores. como por exemplo, a atuação do pedagogo na área de capacitação, desenvolvimento e de apoio pedagógico, fundantes para as universidades. A prática formativa, educativa, do pedagogo vai além do seu trabalho eminentemente voltado ao ensino. Seu trabalho é uma prática educativa, formativa e social.

Para tanto, há um hiato entre o processo formativo do pedagogo e a sua prática de trabalho no contexto universitário. Há um desenvolvimento instrucional de suas atividades, de sua atuação, quiçá distante do lócus da formação e do desenvolvimento como prática social, educativa.

## **O processo formativo acadêmico do pedagogo e a prática no trabalho**

Historicamente, o processo do espaço acadêmico da Pedagogia no Brasil se consolidou com a proposta da Faculdade de Educação, Ciências e Letras, integrante do Estatuto das universidades brasileiras em 1931, e institui-se com a criação do curso de Pedagogia em 1939 (SAVIANI, 2008).

Atualmente, os cursos de Pedagogia formam profissionais de acordo com as orientações da Resolução CNE/CP nº 01 (BRASIL, 2006) que, por meio de estudos teórico-práticos, investigação e reflexão crítica, afirma entre outras ações que:

O estudante de Pedagogia trabalhará com um repertório de informações e habilidades composto por pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, cuja consolidação será proporcionada no exercício da profissão, fundamentando-se em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética (BRASIL, 2006, art. 3º).

O curso de Pedagogia da UFSC (UFSC, 2018) forma profissionais para atuar na docência da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, bem como para

participar na organização e gestão de sistemas, unidades e projetos educacionais. Tem ainda o objetivo de produzir e difundir o conhecimento nas diversas áreas da educação.

O curso almeja uma formação que considere tanto a pesquisa como a prática pedagógica. E reafirma a docência como base da formação incorporando num único caminho formativo as bases essenciais à atuação nas demais atividades pedagógicas das unidades e sistemas de ensino (UFSC, 2018).

No que tange à prática no trabalho do pedagogo, Libâneo (2010) traz contribuições importantes quando suscita o debate acerca do que ele chama de reducionismo do trabalho pedagógico quando o relaciona somente à docência. A questão não é de cunho epistemológico nem conceitual, entretanto, as novas realidades exigem um entendimento mais profundo das práticas pedagógicas e, por consequência, da pedagogia. Conforme Libâneo (2010):

A pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre as práticas educativas. Ela investiga os objetivos sócio-políticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos sócio-culturais específicos. (...) A ação pedagógica não se resume a ações docentes, de modo que, se todo trabalho docente é trabalho pedagógico, nem todo o trabalho pedagógico é trabalho docente (p. 13).

O papel dos profissionais da educação é essencialmente o de formar sujeitos capazes de construir uma consciência crítica, ativa e atuante da realidade. De acordo com Carvalho (2012):

Em primeiro lugar, entendemos que pensar a ação educativa significa compreendê-la como algo mais amplo que a atividade escolar. Significa ultrapassar os limites da prática pedagógica e situá-la como um fenômeno social, ou seja, como algo que vai sendo construído historicamente, segundo as necessidades materiais surgidas socialmente (p. 22).

A educação entendida como um fenômeno social significa uma prática social que só poderá ser compreendida no contexto do funcionamento geral da sociedade, na qual ela está inserida. As práticas educativas não ocorrem de forma isolada às relações sociais que constituem a estrutura econômica e política de uma sociedade. Desta forma, estão submetidas a interesses sociais, políticos, econômicos, ideológicos, de grupos e classes sociais (LIBÂNEO, 2010). Conforme Carvalho (2012):

Do contrário, quando concebemos a educação como um fenômeno social, somos levados a considerar que a escola, bem como a sociedade que a inclui, não é algo dado e acabado, mas é expressão de um processo contínuo de mudanças, ou seja, é concomitantemente, reprodução e transformação da realidade histórica e social (p. 22).

Outra questão que se evidencia na educação brasileira nas últimas décadas vincula-se às históricas dicotomias no que se refere à teoria e à prática, ao ensino e à pesquisa, ao bacharelado e à licenciatura, aos conteúdos pedagógicos e conteúdos específicos (SCHEIBE, 2004). Segundo Saviani (2008): “Na raiz do dilema, está um entendimento da relação entre teoria e prática em termos da lógica formal, para a qual os opostos se excluem. Assim, se a teoria se opõe à prática, uma exclui a outra. Portanto, se um curso é teórico, ele não é prático; e, se é prático, não é teórico” (p. 122).

Freire (2011) ressalta que a reflexão sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria-prática, evidenciando a necessidade de se conhecer as diferentes dimensões que caracterizam a essência da prática, caso contrário, a teoria se perde e a prática se transforma em constante ativismo. Saviani (2008) corrobora com estas questões quando defende que a prática sem teoria é ativismo, e a teoria sem prática é verbalismo.

Antagonicamente, a formação do pedagogo está distante das diretrizes das suas atividades laborativas, como ocupante da carreira técnico-administrativa. Observa-se que, concretamente, há um distanciamento do que ele verdadeiramente faz no interior da universidade, desta mesma universidade que o forma. Há um reducionismo do trabalho pedagógico do pedagogo quando ele é relacionado somente à docência. Há um reducionismo também quando a ele são atribuídas atividades laborativas eminentemente instrumentais.

Apesar de as universidades terem como objeto de estudo os processos educativos em escola e formarem, em distintas épocas, pedagogos para atuarem na educação básica, como professores, e técnicos em educação, para atuarem na gestão da educação com funções técnicas especializadas, a dicotomia entre a teoria e a prática sempre foi um dos maiores desafios a serem enfrentados (SAVIANI, 2008; SCHEIBE, 2004).

Com vistas a superar essa dicotomia, surge, na década de 1980, a pedagogia histórico-crítica. O fundamento da pedagogia histórico-crítica situava-se na relação de mediação entre a educação e os seus condicionantes sociais, entre a prática social e a prática educativa, entendida ela própria como uma modalidade específica da prática social.

Porém, diante de uma formação generalista e sem fundamentos sólidos, reais, que possam vir a sustentar a teoria e a prática, pouco se pode avançar em uma proposta de formação de pedagogo para além do trabalho docente. Permanecemos com um enfoque abstrato do processo de formação. Como adverte Saviani (2008), “precisamos elevar a pedagogia à condição de ciências da e para a prática educativa” (p. 161).

A relação da educação com os demais fenômenos sociais necessita ser desvelada historicamente e analisada criticamente, sustentada pela teoria. Ou seja, a teoria e a prática se inter-relacionam na concepção que toda teoria entra em um vazio social, caso não seja sustentada na prática, e vice-versa.

Precisamos partir da realidade dos pedagogos, do seu mundo laborativo, para que possamos, quiçá, estabelecer um processo de formação que consiga sustentar a proposta de elevá-la a um nível superior que dê reflexos concretos na sua prática. Necessitamos partir da sua realidade e voltar a ela, situando o pedagogo como um sujeito social, atuante em uma instituição social, como a universidade.

## **O pedagogo como sujeito social na UFSC**

Com o surgimento do neoliberalismo, a educação, a saúde e a cultura foram consideradas serviços não exclusivos do Estado. A educação deixou de ser um direito e passou a ser um serviço que pode ser privatizado (GONÇALVES, 2014). De acordo com Chauí (2003, p. 06), “A reforma do Estado definiu a universidade como uma organização social e não como uma instituição social”. Neste sentido, vista como uma organização social, a universidade pública está submetida a um processo de comercialização, no qual o mercado passa a ser o ditador, o centralizador das ações e a educação como uma mercadoria qualquer (BIANCHETTI; SGUISSARDI, 2017).

Conforme Chauí (2003), a educação vista como um produto a ser consumido conduz os seus atores sociais como meros clientes, subjugando-os a condição de consumidores e não de produtores e sujeitos da história. Chauí explica as diferenças entre a concepção de universidade como uma instituição social e como uma organização social:

A Instituição social aspira à universalidade. A organização sabe que sua eficácia e seu sucesso dependem de sua particularidade. Isso significa que a instituição tem a sociedade como seu princípio e sua referência normativa e valorativa, enquanto a organização tem apenas a si mesma como referência, num processo de competição com outras que fixaram os mesmos objetivos particulares (p. 6).

De acordo com Santos (2011), esta perda de prioridade da universidade pública nas políticas públicas do Estado foi um processo marcante na década de 1990, com o desinvestimento estatal na universidade pública e a globalização mercantil, como dois



pilares de um projeto que objetiva transformar o bem público da universidade em um campo de valorização do capitalismo educacional<sup>6</sup>.

Santos (2011) identifica, além da crise institucional<sup>7</sup>, outras duas crises: de hegemonia e de legitimidade vivenciada pela universidade pública. A crise de hegemonia caracteriza-se pelos desafios entre as funções tradicionais da universidade e as que, ao longo do século XX, lhe foram atribuídas. A crise de hegemonia afetou a legitimidade das universidades, tendo em vista que as universidades não conseguiam mais atender legitimamente as demandas da sociedade. À medida que a hegemonia e a legitimidade das universidades foram afetadas, o seu domínio institucional também se alterou. A crise institucional reside no fato de ela ter tornado mais denso o aprofundamento das demais crises. A falta de condições adequadas, tanto financeiras como institucionais, prejudica o seu desempenho em relação às responsabilidades sociais das universidades.

Conforme Dias Sobrinho (2002), a universidade como instituição social é produzida pela sociedade e, como tal, resulta de um conjunto de relações contraditórias de legitimação e de oposição com a sociedade e que, em constante processo de transformação, constrói sua vida social e histórica. Neste sentido, considerando a realidade da universidade e suas múltiplas relações, pode-se compreendê-la enquanto um *locus* instituído e instituinte (GENRO et al., 2016).

A universidade como uma instituição complexa, pelos diferentes e múltiplos processos, pela diversidade de formação técnica e vinculação ideológica dos agentes, pela variedade de valores e interesses em constante interação e contradição, faz tudo convergir para um mesmo fim: a formação (DIAS SOBRINHO, 2002).

No que tange a formação, entendemos que, conforme Freire (2011), o homem é um ser de relações, capaz de transcender. Nesta perspectiva, o homem é capaz de refletir face à realidade, captando-a e fazendo-a objeto de seus conhecimentos. De acordo com Freire, “Quando o homem compreende sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e com seu trabalho pode criar um mundo próprio: seu eu e suas circunstâncias” (2011, p. 38).

---

<sup>6</sup> Conforme Bittencourt (2013, p. 10), “A educação, submetida aos parâmetros do regime capitalista se torna mais uma mercadoria disponível ao público consumidor, aos estudantes transformados em clientes do sistema de ensino”.

<sup>7</sup> Santos (2011) aponta que a crise institucional se instalou quando o Estado decidiu reduzir o seu compromisso político com as universidades, convertendo-as num bem que, sendo público, não tem de ser exclusivamente assegurado pelo Estado.

As contribuições de Freire (2011) prosseguem na medida em que ele afirma que precisamos entender o que fomos e o que somos para saber o que seremos. E adverte que o profissional, quanto maior for sua capacitação, quanto mais se utilizar do patrimônio cultural, que todos se utilizam e para o qual todos devem servir, terá maior responsabilidade com os homens. O autor (FREIRE, 2011) complementa que, dada esta afirmação, não se pode burocratizar o compromisso profissional, servindo mais aos meios do que ao fim do homem.

Considerando a atuação dos pedagogos na UFSC, os estudos de Borges (2016) afirmam que:

Neste sentido, buscam participar mais intensamente dos processos decisórios relativos ao âmbito do ensino-aprendizagem e do delineamento de políticas educacionais da Instituição, bem como buscam mais espaço para realizarem trabalho colaborativo com docentes da Instituição. Também, almejam atuarem no planejamento das atividades que executam, para de fato poderem coordenar processos educativos e projetos relacionados de forma que as atividades administrativas sejam efetuadas apenas como meio para a realização das atividades principais do pedagogo, para que as atividades administrativas não ocupem o lugar central da atuação deste profissional, e buscam, sobretudo, a valorização profissional no âmbito da UFSC e reconhecimento da importância do trabalho que realizam neste contexto (p. 170).

O excerto apresentado evidencia a necessidade de o pedagogo atuar na elaboração de políticas educacionais, na coordenação de processos educativos e, sobretudo, as atividades administrativas não se sobreponham à atuação principal deste profissional na instituição, como um sujeito social, atuante em uma universidade como instituição social (CHAUI, 2003).

Neste sentido, é possível perceber a relação da concepção de universidade com o processo formativo do pedagogo, entendendo que a sua prática social, enquanto servidor em uma instituição de ensino superior, difere da sua formação, estudante da mesma instituição de ensino superior.

Diante destes fundamentos, entendemos que a produção de conhecimento nas universidades está diretamente vinculada com a vida social e política do país. É por meio da consciência política e social que se torna possível a constituição de processos sociais emancipatórios. Se situarmos o processo de formação do pedagogo como uma prática social, entenderemos que não é um fenômeno isolado, pois estabelece relações com outros fenômenos que o envolvem e com ele interage. Negar a formação como uma prática social e limitar a prática educativa é negar a sua essência, o que se tem de mais prioritário, ou seja, a formação do homem como opositor e sustentador da sociedade.

## Considerações finais

Retomando o objetivo deste estudo, que é compreender como se constitui o processo de formação do pedagogo, servidor técnico-administrativo em educação como sujeito social em uma universidade pública federal, a síntese dos resultados apresentados tange apresentar generalizações de forma que possam vir a interessar a determinados grupos de especialistas, como ponto de partida para futuras análises na perspectiva de desenvolver novas ideias, novos significados e novas compreensões sobre o fenômeno estudado.

Consideramos que a universidade, perante seu processo histórico, é um espaço favorável para a formação do pedagogo, enquanto prática social, tendo em vista que, além do trabalho acadêmico composto pelo ensino, pesquisa e extensão, existe a liberdade acadêmica que ampara a construção do ato de conhecer, das indagações mais profundas que se materializam pelo trabalho desenvolvido, de construção e reconstrução do conhecimento.

O pedagogo, sujeito de uma prática educativa, tem suas ações apressadas ou superficializadas no mundo do trabalho de uma instituição social, como a universidade, de acordo com as atribuições inerentes ao seu cargo que o limitam no modo de agir (BRASIL, 2005). Neste sentido, observa-se uma dicotomia expressiva em relação à teoria e à prática na formação e atuação deste profissional na instituição.

Entendemos que a atuação de pedagogos na UFSC apresenta, em sua essência, uma contradição. Ao mesmo tempo em que o pedagogo tem teoricamente uma formação para atuar na prática como sujeito social, esta é negada pelas condições de trabalho a ele propiciada, em uma instituição social. Estas condições permeiam as atribuições do seu cargo. Consideramos que a prática social formativa do pedagogo em uma instituição de ensino superior limita a sua ação como sujeito social.

Nestas relações de mediação entre a formação e a atuação do pedagogo, está a universidade como uma instituição social que muitas vezes vive o antagonismo do que realmente se faz e do que verdadeiramente poderia ser feito para a construção, como prática educativa e social.

## Referências

BIANCHETTI, L.; SGUISSARDI, V. *Da universidade à commoditycidade*: ou de como e quando, se a educação/formação é sacrificada no altar do mercado, o futuro da universidade se situaria em algum lugar do passado. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2017.

BITTENCOURT, R. N. Educação como produto de consumo no mercado capitalista ou a negação da flama do saber na tecnocracia neoliberal. *Revista Espaço Acadêmico*, Maringá, v. 4, n. 146, jul. 2013.

BORGES, J. R. *O pedagogo na tessitura da UFSC: liames entre a atuação deste profissional e a gestão de pessoas*. 2016. Dissertação (Mestrado Profissional) — Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2016.

BRASIL. Decreto lei N° 3.849, de 18 de dezembro de 1960. Federaliza a Universidade do Rio Grande do Norte, cria a Universidade de Santa Catarina e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 21 dez. 1960.

\_\_\_\_\_. Lei N° 4.759 de 20 de agosto de 1965. Dispõe sobre a denominação e qualificação das universidades e escolas técnicas federais. *Diário Oficial da União*, 24 ago. 1965.

\_\_\_\_\_. Lei N° 8112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da união, das autarquias e das fundações públicas federais. *Diário Oficial da União*, 19 dez. 1990.

\_\_\_\_\_. Lei N° 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Dispõe sobre a estruturação do Plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação, no âmbito das instituições federais de ensino vinculadas ao Ministério da Educação, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 13 jan. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução N° 1 de 15 de maio de 2006. Institui diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação em pedagogia, licenciatura. *Diário Oficial da União*, 16 maio 2006.

BÚRIGO, C. C. D. *O trabalho acadêmico do professor universitário no processo de desenvolvimento do espaço público na universidade federal: um estudo de caso na Universidade Federal de Santa Catarina e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul*. 2003. Tese (Doutorado em Educação) — Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2003. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/4152/000397472.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 23 out. 2013.

CARVALHO, E. J. G. *Políticas públicas e gestão da educação no Brasil*. Maringá, PR: Universidade Estadual de Maringá, 2012.

CHAUÍ, M. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782003000300002>

DIAS SOBRINHO, J. *Universidade e avaliação*. Florianópolis, SC: Insular, 2002.

FREIRE, P. *Educação e mudança*. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2011.

GENRO, M. E. H.; CAREGNATO, C. E.; MIORANDO, B. S. Quais os fios que tecem essa trajetória? Parceria... tão óbvia ela é!? Sobre percursos feitos pela professora Denise Leite. *Revista Pedagógica*, Chapecó, v. 18, n. 37, p. 86-103, jan./abr. 2016.

GONÇALVES, M. F. C. P. *O serviço de educação infantil: HU/UFSC frente à resolução CNE/CEB N° 01/2011 (Brasil, 2011a): desafios e perspectivas*. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional) — Centro Sócio-Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2014.

LIBÂNEO, J. C. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2010.

SANTOS, B. S. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo, SP: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. *A pedagogia no Brasil: história e teoria*. Campinas, SP: Associados, 2008.

SCHEIBE, L. Formação dos profissionais de educação no Brasil e em Santa Catarina. In: TRIVIÑOS, A. et al. (Orgs.). *História e formação de professores no Mercosul/Cone Sul*. Porto Alegre, SP: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004. p. 257-71.

TRIVIÑOS, A. N. *Bases teórico-metodológicas da pesquisa qualitativa em ciências sociais: ideias gerais para a elaboração de um projeto de pesquisa*. 2. ed. Porto Alegre, RS: Faculdades Integradas Ritter dos Reis, 2001. (Cadernos de Pesquisa Ritter dos Reis, v. 4).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC. *Pedagogia*. Florianópolis, SC, 2018. Disponível em < <http://vestibular2018.ufsc.br/pedagogia/> >. Acesso em: 2 out. 2018.

\_\_\_\_\_. *Plano de desenvolvimento institucional 2020-2024*. Florianópolis, SC, 2020. Disponível em: < <https://pdi.paginas.ufsc.br/files/2020/08/PDI-2020-2024-pagina-dupla.pdf> > Acesso em: 28 abr. 2021.

\_\_\_\_\_. *Descrição das atividades*. Florianópolis, SC, 2021. Disponível em <<https://cadc.ufsc.br/descricao-das-atividades/>>. Acesso em: 22 jul. 2021.

**Submetido em:** 30/04/2021

**Aceito em:** 03/08/2021

---

### **Sobre as autores**

#### **Carla Cristina Dutra Búrigo**

Professora do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária da Universidade Federal de Santa Catarina e servidora técnico-administrativo em educação. Pedagoga da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: [carla.burigo@ufsc.br](mailto:carla.burigo@ufsc.br)

#### **Monica Feitosa de Carvalho Pedrozo Gonçalves**

Aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação Acadêmico em Administração da Universidade do Estado de Santa Catarina. Servidora técnico-administrativo em educação. Pedagoga da Universidade Federal de Santa Catarina.

E-mail: [monica.pedrozo@ufsc.br](mailto:monica.pedrozo@ufsc.br)